



O resgate da objetividade como método aplicado ao jornalismo guiado por dados

Marília Gehrke¹

Resumo: O conceito de objetividade experimentou diferentes significados ao longo da história do jornalismo. Comumente associado à subjetividade do jornalista e então considerado inatingível, praticamente foi deixado de lado enquanto método que pressupõe uma verdade verificável, possível de ser apreendida pelo jornalista e comunicada ao público. Este estudo de reflexão teórica propõe o resgate do conceito de objetividade como método aplicado ao jornalismo guiado por dados, cujas técnicas permitem consultas a repositórios e uma menor dependência de declarações oficiais de fontes humanas. Entende-se que, dessa forma, o jornalismo guiado por dados tem condições de se aproximar da ciência como ator importante para a reconstrução do papel analítico do jornalista, gerando conhecimento social.

Palavras-chave: jornalismo; jornalismo guiado por dados; objetividade; método; ciência.

1. Introdução

O jornalismo precisa de parâmetros, de noções que orientem a conduta profissional. O jornalista não pode perder de vista que trabalha com a ideia de verdade – verificável, é bom ressaltar – e que seu trabalho afeta a vida das pessoas, por isso deve ser exercido com responsabilidade. Mais do que relatar os fatos, o profissional deve colocá-los em um contexto compreensível e, se possível, explicar os procedimentos adotados na construção do conteúdo.

Se o jornalismo pretende manter-se credível e com o intuito de gerar conhecimento social, é preciso refletir sobre a necessidade de dar uma guinada em direção à

¹ Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Digital (JorDi) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

ciência, com aplicação do método de trabalho. Para iniciar esta discussão, faz-se necessária a retomada do conceito de objetividade no jornalismo, que ao longo do tempo recebeu descrédito ou foi confundido com a subjetividade do profissional. Neste artigo, toma-se por princípio a ideia de objetividade como método, explicada por Kovach e Rosenstiel (2004) e também trabalhada por Guerra (2008), que enumera três pontos metodológicos para o alcance da objetividade, e Sponholz (2009), para quem a aspiração à objetividade deve ser entendida como a busca e aproximação da realidade.

A proposta desta reflexão teórica é recuperar o conceito da objetividade como método e como verdade verificável, relacionando sua aplicação ao jornalismo guiado por dados. Inicialmente, apresenta-se um breve apanhado do que é a objetividade no jornalismo, com foco nos estudos desenvolvidos por Schudson (2010) sobre a imprensa estadunidense. Na sequência, explora-se a definição de jornalismo guiado por dados, que tem em suas raízes o jornalismo de precisão, assim batizado por Philip Meyer, e também guarda características da Reportagem Assistida por Computador (RAC). Após, os conceitos são aproximados e, por fim, busca-se mostrar a importância do resgate da objetividade à medida que ajuda a reconstruir o papel analítico, de vigilância dos demais poderes e de transparência que cabe ao jornalista.

2. A objetividade jornalística

A primeira finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas, de modo que elas sejam capazes de se autogovernar (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004). O jornalista tem a obrigação de dizer a verdade e precisa ser leal aos cidadãos para quem destina a produção noticiosa. Esses são os primeiros aspectos relacionados pelos autores na lista de nove premissas² que devem guiar a prática do jornalismo, incluindo a importância da verificação, a independência em relação aos poderes e o espaço para a crítica.

²A lista de Kovach e Rosenstiel (2004, p. 22-23): “1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem. 5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder. 6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público. 7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante. 8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional. 9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência”.

Lisboa e Benetti (2015, p. 11) entendem que o jornalismo deve alcançar três fatores para se tornar um conhecimento: as condições da crença, da verdade e da justificação, que são materializadas pela credibilidade. “[...] o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso”. A verdade, conforme as autoras, é a primeira condição que torna o jornalismo uma crença verdadeira justificada, pois está amparada pela relação com a realidade. Cornu (1999) esclarece que a informação jornalística se ocupa da verdade dos fatos, que é verificável, e não da verdade da razão.

A ideia de uma verdade que pode ser verificada dialoga com a noção de objetividade proposta por Kovach e Rosenstiel (2004) – e também defendida neste artigo – que classifica a objetividade como método, e não uma característica do jornalista. Como intérprete da realidade, está ao alcance do repórter apreender e comunicar, ao menos em parte, uma realidade observável. “Não pode apreendê-la [a realidade] na sua verdade profunda, que lhe escapa. Deve tentar decifrá-la através dos fragmentos de que não pode ter conhecimento: acontecimentos vividos ou relatados, atas, discursos” (CORNU, 1999, p. 333).

São esses fragmentos de realidade que permitem ao jornalista comunicar um relato e ao leitor confiar no que é veiculado pela imprensa. Na medida em que esse processo é desconsiderado e que críticos ignoram a possibilidade de apreensão de uma realidade observável e de uma verdade verificável, o jornalismo perde importantes parâmetros de sua razão de ser. Intrínseca ao processo da informação jornalística (CORNU, 1999), a objetividade é considerada inatingível, de caráter mitológico, quando ligada à subjetividade. “Não há como fugir das interpretações, pois qualquer fato será mediado por uma. Assim, o problema não é a interpretação em si, mas a interpretação que não está justificada e que não é explicativa” (LISBOA e BENETTI, 2015, p. 15). Compreendendo o jornalismo como prática social de mediação, o fato real é o objeto da notícia e “A notícia será verdadeira se fiel a ele” (GUERRA, 2008, p. 39). A objetividade, diz o autor, possibilita ao discurso refletir a realidade.

Retoma-se o princípio básico do jornalismo, apontado por Kovach e Rosenstiel (2004, p. 68): fornecer informações ao público. Por meio de técnicas, o jornalista pode oferecer um relato preciso e confiável dos fatos. “É isso que o jornalismo procura – uma

forma prática e funcional de verdade. Não a verdade no sentido absoluto ou filosófico. [...] O jornalismo pode – e deve – perseguir a verdade num sentido por meio do qual possamos funcionar no dia a dia”. Esta verdade, acreditam Lisboa e Benetti (2015, p. 16), “se consolida à medida que o leitor consegue aferir o grau de fidelidade entre o relato jornalístico e o fato em si”. A objetividade a qual se refere Guerra (2008) é aquela que tem correspondência entre o dito pela notícia e o fato real noticiado.

Explicada a relação entre objetividade e método, faz-se necessário, neste momento, tentar compreender como o conceito mudou ao longo dos anos. No decorrer da história, fatores sociais, culturais e econômicos contribuíram para o entendimento da objetividade. Antes de 1830, a objetividade não era um aspecto crucial para a imprensa estadunidense, pois esperava-se que os jornais adotassem um ponto de vista partidário (SCHUDSON, 2010). Essa premissa começou a mudar com o surgimento da primeira agência de notícias norte-americana, a Associated Press, em 1846, que não podia tomar posição porque precisava atender a todos os públicos.

Nas primeiras décadas do século XX, a crença na objetividade era sustentada pela ideia de separação entre fatos e valores (SCHUDSON, 2010). Antes de 1920, segundo o autor, os jornalistas não pensavam muito sobre a questão da subjetividade. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os profissionais então perderam a confiança em verdades certeiras da sociedade democrática de mercado. Nos anos de 1920 e 1930, os fatos eram entendidos como declarações consensualmente validadas sobre o mundo, mas com base na separação de fatos e opiniões. “Não representava, enfim, a expressão final e uma crença nos fatos, mas a imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis” (SCHUDSON, 2010, p. 144).

A imprensa reagiu à aparente subjetivação dos fatos com a especialização, perceptível já nos anos de 1920, o uso do nome do jornalista na assinatura de conteúdo noticioso e a ideia de reportagem interpretativa, com textos publicados em 1930. Nessa década, a objetividade tinha relação com um estilo de texto descritivo, a partir da observação (SCHUDSON, 2010).

Pouco antes, em 1919, conforme Schudson (2010), Lippmann estava preocupado com a subjetividade dos fatos, mas tinha esperança quanto à profissionalização do jor-

nalismo – já que em uma democracia a imprensa precisa ser independente. Acreditava que a ciência poderia contribuir com a ideia de método.

Há uma unidade possível em um mundo diverso como o nosso. É a unidade do método, ao invés da intenção; a unidade do experimento disciplinado. [...] Com um método comum intelectual e uma área comum de fato válido, as diferenças podem se tornar uma forma de cooperação e deixam de ser um antagonismo irreconciliável³ (LIPPMANN, 1920, p. 67, tradução minha).

A ciência era a receita de Lippmann para solucionar os males do jornalismo, cuja prática baseada no método científico tornaria a imprensa mais profissional, liberal e heroica (SCHUDSON, 2010). O estudo da prova e da verificação seriam então os pontos-chave do jornalismo. “Em outras palavras, no conceito original o método é objetivo, não o jornalista. A chave estava na disciplina do ofício, não em sua finalidade” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 116).

Nos anos de 1960, os críticos atacaram a objetividade com mais vigor. “E a objetividade no jornalismo, considerada como um antídoto para a parcialidade, passou a ser encarada como a parcialidade mais insidiosa, dentre todas [...]. Representava uma convivência com instituições cuja legitimidade fora contestada” (SCHUDSON, 2010, p. 188). Nesta época, havia um conflito de gerações entre os jornalistas: os mais velhos, que acreditavam na objetividade, e os mais novos, que a atacavam. A revolta era parte de uma crise cultural generalizada.

A cultura crítica dos anos de 1960 afetou o jornalismo. O jornalismo passou a contar com editoriais e comentários, além de textos interpretativos. Contudo, duas tradições são contrárias à ideia de objetividade: o *New Journalism*, que incorporava técnicas da literatura ao jornalismo, e o *muckraking*, investigativo, que teve mais impacto sobre as *hard news*. “Enquanto o jornalismo literário contrapõe a paixão à objetividade ‘fria’,

³No original: “There is but one kind of unity possible in a world as diverse as ours. It is unity of method, rather than of aim; the unity of the disciplined experiment. [...] With a common intellectual method and a common area of valid fact, differences may become a form of cooperation and cease to be and irreconcilable antagonism”.

a tradição investigativa distingue sua agressividade da passividade da reportagem objetiva” (SCHUDSON, 2010, p. 220).

Tuchman (1993) explica que a objetividade pode ser encarada como um ritual estratégico – um procedimento de rotina – dos jornalistas, protegendo-os dos riscos da profissão. Em outras palavras, serve para neutralizar críticas e seguir os limites da racionalidade. Como o jornalista trabalha com fatos da realidade social, a autora afirma que é preciso invocar algum tipo de objetividade. Ela trata de três pontos que influenciam essa noção: a forma, as relações nas organizações e o conteúdo.

Os procedimentos estratégicos que se aproximam da busca da objetividade pelo jornalista (TUCHMAN, 1993) são: a verificação; a apresentação de possibilidades de conflito – é compromisso do veículo checar se uma afirmação de fonte é verdadeira e, sendo ou não, é importante deixar claro ao público; a apresentação de provas auxiliares; o uso judicioso das aspas, em que o jornalista se exime de expressar a própria opinião; a estruturação da informação em uma sequência apropriada, em geral no modelo pirâmide invertida.

Sponholz (2009, p. 17) define a objetividade em jornalismo como adequação à realidade e “o sistema de regras que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática”. A realidade midiática é fruto da produção de conhecimento do jornalismo. A autora entende que a palavra-chave para a objetividade não é neutralidade, mas investigação. Torna-se um problema, por exemplo, o momento em que o jornalista confia por inteiro nas fontes e deixa de investigar. E indica que a subjetividade é condição para alcançar a objetividade. “Quando se assume a postura de ‘objetividade não existe’, coloca-se em dúvida qualquer esforço despendido em descobrir algo sobre a realidade. Para que, se desde o começo já se sabe que isto é em vão? Para que então investigar e pesquisar?” (SPONHOLZ, 2009, p. 10).

O resgate da objetividade como método faz-se necessário em todo o jornalismo, mas há uma parte específica – o jornalismo guiado por dados, que será apresentado a seguir – que parece dispor de características muito próximas do que se espera desse conceito, podendo incluir hipótese e maior transparência, além de quantificação de fenômenos e cruzamentos a partir de bases de dados. É possível perceber que o jornalismo guiado por dados mantém traços de seu precursor, o jornalismo de precisão, ligado à ciência.

3. Na origem dos dados, a precisão

O modelo atualmente denominado jornalismo guiado por dados (JGD), ou somente jornalismo de dados, tem suas raízes provenientes do jornalismo de precisão e da Reportagem Assistida por Computador (RAC). Seu desenvolvimento ocorreu principalmente a partir dos anos 2000, com a disseminação de computadores pelas redações, e compreende o uso de dados públicos ou a criação de repositórios para embasar a produção jornalística. Em geral, envolve o uso de *softwares* e abrange desde a coleta até a apresentação dos dados. Além disso, o jornalismo guiado por dados, conforme Träsel (2014), é uma das principais respostas da comunidade profissional a uma crise econômica e identitária do jornalismo contemporâneo.

As raízes do JGD estão ligadas à objetividade e à ciência. A ideia do jornalismo de precisão, que consiste na aplicação de métodos de pesquisa social e comportamental para a prática do jornalismo, foi desenvolvida por Philip Meyer a partir da metade da década de 1960 – justamente na época em que jornalistas frustrados com o ideal da objetividade adotaram o *New Journalism*. Enquanto Meyer (1991) defendia que o jornalismo se aproximasse da ciência por não trabalhar com ficção, o *New Journalism* propunha o caminho da arte, diz o autor.

O jornalismo de precisão é equiparado ao jornalismo científico, tanto que chegou a ser traduzido desta forma na França. Meyer (1991) entende que o uso de ferramentas de amostra, análise em computador e estatística inferencial não alteram a natureza do trabalho do repórter, mas alavancam seu potencial. “O método científico oferece uma forma de deixar os acontecimentos objetivados, medidos e nomeados”⁴ (MEYER, 1991, p.5, tradução minha).

A proposta de Meyer (1991) tem semelhanças com a ideia de jornalismo como forma de conhecimento apresentada por Park (1940), que situa a notícia em um *continuum* entre a familiaridade com (*acquaintance with*) e o conhecimento sobre (*knowledge about*) – em outras palavras, do senso comum e do conhecimento científico, respectivamente.

⁴No original: “Scientific method offers a way to make happenings objectified, measured and named”.

Para corroborar seu ponto de vista, Meyer (1991) cita o físico Lawrence Cranberg, que defende o reconhecimento do jornalismo como ciência. Cranberg (1989) defende que os jornalistas estão no caminho da ciência porque não escrevem ficção e têm a função primária de comunicar o que a sociedade faz, sente e pensa. A ciência e o jornalismo, alega o autor, trabalham com a necessidade de conhecimento e entendimento inerente aos humanos, por isso tamanha semelhança. A questão é admitir tal responsabilidade. Dessa forma, aumentaria a exigência sobre a formação profissional e os conteúdos veiculados no jornalismo (MEDITSCH, 1997).

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, o uso de computadores nas redações fez com que o jornalismo de precisão fosse reformulado como Reportagem Assistida por Computador (RAC) – ou Computer-assisted Reporting (CAR), em inglês (CODDINGTON, 2014). Dessa forma, tem sua origem na coleta de dados e análise estatística, exigindo habilidades relacionadas ao uso de computador para a busca dos dados, pesquisa em arquivo e entrevista por e-mail. Crucianelli (2013) considera o uso de RAC para o trabalho com uma menor quantidade de dados e a define como um processo que utiliza a assistência de computador na coleta e no processamento de dados.

Com o uso frequente da tecnologia a partir dos anos 2000, sinalizar o uso de computador em uma técnica parece defasado. Conforme Coddington (2014), o termo jornalismo guiado por dados abrange o uso da RAC no jornalismo profissional contemporâneo. Sua aplicação compreende a análise e visualização de dados; também envolve análise estatística. Seu uso está intimamente associado à proliferação de bancos de dados abertos e de ferramentas para exibição de dados.

Crucianelli (2013) define o jornalismo guiado por dados como a combinação de técnicas de jornalismo investigativo, jornalismo em profundidade, de análise e de precisão – à medida que são utilizados métodos de pesquisa social. Dader (2002) reitera a proximidade do jornalismo de precisão – por tabela, o jornalismo guiado por dados – com o jornalismo investigativo, já que muitas vezes compartilham técnicas para alcançar objetivos de interesse comum. E lembra que, por vezes, notícias importantes estão no meio de arquivos, em listagens de bases de dados ou em anotações de uma investigação sociológica. Por parte dos jornalistas, porém, faltam conhecimentos técnicos e metodológicos para descobrir o que está oculto (DADER, 2002).

Ramonet (2012, p. 83) considera o “jornalismo de banco de dados” uma conquista da democracia à medida que permite a consulta instantânea a informações de instituições públicas ou privadas. No Brasil, a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 2012, permite o maior conhecimento dos dados e também o pedido de informação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, que pode ser utilizado pelo público em geral e comumente serve de ferramenta para os jornalistas conseguirem dados complementares.

Partindo do conceito de que o jornalismo guiado por dados trabalha com análise e visualização de informações, acredita-se que suas particularidades podem contribuir para o resgate da objetividade nas práticas profissionais. A noção de objetividade, conforme Träsel (2014), se renova no jornalismo guiado por dados, pois tem como um dos intuitos evitar o jornalismo declaratório, que se sustenta apenas pela fala de fontes. Com isso, ocorre a substituição pelo conteúdo derivado das bases de dados, que podem, sobretudo, dispor de um método transparente e serem passíveis de verificação.

4. O método objetivo

Uma percepção frequente das áreas que fogem às ciências exatas diz respeito à formação de conceitos e parâmetros. Meyer (2007) defende que, se um fenômeno existe, ele pode ser mensurado. Inclusive nas ciências sociais, em que geralmente observações superficiais são consideradas suficientes. É claro que a medição de um fenômeno nem sempre é direta, mas pode ocorrer por meio de fatores que permitem atingir algum resultado. Para mostrar que tudo pode ser medido, o autor cita um exemplo pouco provável: o amor. “Podemos discutir anos sobre a verdadeira definição de amor, mas nossa definição operacional vai tratar de alguns aspectos do amor visíveis o suficiente no mundo sensível para criar um efeito mensurável” (MEYER, 2007, p. 171).

A objetividade, em relação à notícia e ao fato, exige o cumprimento de três parâmetros metodológicos para que seja alcançada, acredita Guerra (2008). O primeiro é a intenção do repórter em atingi-la, considerando somente os dados reais em seu processo de apuração. A segunda premissa tem a ver com o rigor na realização dos procedimentos de investigação, conhecendo o fato por meio da observação, da entrevista e da pes-

quisa documental. A redação da notícia é o terceiro ponto metodológico para que se alcance a objetividade. Nesse aspecto o autor considera o domínio da linguagem na qual o discurso será expresso (texto ou imagem, por exemplo), as técnicas jornalísticas de redação e o domínio conceitual da área de cobertura.

Sponholz (2009, p. 117) retrata que “o que diferencia o jornalismo e a ciência do senso comum é a utilização de regras profissionais no conhecimento da realidade”. Essas regras são integradas a um método. A ciência e o jornalismo, por meio do método – entendido pela autora como uma série de ações planejadas e adotadas de forma consciente na direção de um objetivo –, buscam conhecer a realidade.

Franciscato (2006), por sua vez, pontua que há diferenças entre jornalismo e ciência, inclusive com relação ao método de trabalho. No caso do jornalismo, este método versa sobre regras de apuração de um fato, mas observa que, por conta dos poucos recursos e de uma publicação cada vez mais acelerada, o método acaba simplificado e limitado quanto à capacidade de captação e verificação de informações. É preciso reconhecer que há limitações, mas acredita-se que a retomada do conceito da objetividade pode ajudar também nesse sentido.

Para se chegar a um método objetivo, Kovach e Rosenstiel (2004) apontam conceitos básicos da disciplina da verificação, que deve ser seguida pelo jornalista: não acrescentar nada, não enganar o público, ser o mais transparente possível sobre os métodos e motivos, confiar somente no próprio trabalho de reportagem e ser humilde. O princípio da transparência, asseguram os autores, revela a preocupação do jornalista com o interesse público à medida que explica como surgiu a pauta e como ela foi apresentada.

Os textos jornalísticos construídos a partir desses cuidados estão mais próximos da ideia de objetividade como método, como procedimento que pode ser checado.

Na ciência, a confiabilidade de um experimento, ou sua objetividade, se define pelo fato de se alguém pode ou não reproduzir o experimento. No jornalismo, só explicando como sabemos o que sabemos podemos fazer com que o público possa, queira, reproduzir a informação. É isso o que significa objetividade de método na ciência, ou no jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 128).

Ainda que as formas de distribuição das notícias estejam em transformação, sempre haverá espaço garantido para o bom jornalismo. Meyer (2004) diz que continua viva a necessidade de reportagem objetiva – o que o autor chama de objetividade verdadeira está baseada no método, não no resultado. Ao invés de sugerir que há pesos iguais em dois lados, por exemplo, o repórter avalia os pontos de vista concorrentes. E com o uso de métodos de investigação evita ser induzido por seus desejos e preconceitos.

O uso de dados na construção de reportagens aos poucos parece conquistar mais importância em redações e projetos independentes. O acesso a bancos de dados públicos e o uso de computador para trabalhar com grandes bases também se mostra eficaz na descoberta de pautas inéditas. Interpretar dados já era um dos pontos de partida defendidos por Meyer no jornalismo de precisão. O que não se popularizou – com poucas exceções –, segundo ele, foi a disciplina do método científico para testes de hipóteses.

Para o autor, o futuro do jornalismo reside no oferecimento de produtos mais confiáveis, abertos sobre suas fontes e métodos. O papel do jornalista nesta época de transformação vai além de decidir o que o público deve saber. Por isso, a importância da verificação – e de mostrar como se chegou a um determinado resultado. “Ele [o jornalista] ajuda o público a pôr ordem nas coisas [...]. A primeira tarefa dessa mistura de jornalista e ‘explicador’ é checar se a informação é confiável e ordená-la de forma que o leitor possa entendê-la” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 41).

A ausência de verificação e de critérios rigorosos de análise aplicados à observação da atualidade ainda continuam em pauta. O conceito básico de método e suas consequências epistemológicas de fiabilidade e validade passam batidas na hora de observar, relacionar, verificar e ponderar sobre o observado, pois acaba-se adotando as somente formas elementares e frequentemente intuitivas de verificação e validade (DADER, 2002).

A internet trouxe um novo ecossistema para o jornalismo, modificando as estruturas tradicionais de redações e também o papel do jornalista, que foi deslocado na cadeia editorial e já não faz mais as primeiras observações, mas se concentra na verificação, interpretação e formação de sentido às informações que recebe (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013). Justamente por isso, sustentam os autores, deveria haver um trabalho maior – e não menor – de reportagem.

Diante dessa realidade, percebe-se que a postura de que a objetividade não existe de nada contribui com o jornalismo. “A postura da ‘objetividade-não-existe’ também torna a situação de certos atores da esfera pública muito mais confortável. Instituições que não funcionam, por exemplo, não precisam temer repórteres sobrecarregados de redações enxutas” (SPONHOLZ, 2009, p. 11).

Em termos de informação superabundante, cabe ao jornalista oferecer ao público a melhor opção. Para os que defendem o jornalismo guiado por dados, resgatar a objetividade nele presente é uma forma de salvar o jornalismo a serviço do interesse público (TRÄSEL, 2014). Restabelecer a noção do jornalista como vigilante dos poderes instituídos que, segundo Bastos (2012), foi diluída, é igualmente importante para o caminho do jornalismo na geração de conhecimento social.

5. Considerações finais

A definição de objetividade jornalística variou com o passar dos anos. O conceito, que reside no método, foi ao longo da história transferido para a subjetividade do repórter, e conseqüentemente, a um patamar inatingível. Este artigo buscou resgatar as premissas da objetividade como método, adotando como protagonistas da análise teórica autores que trabalham com essa ideia, relacionando-a a uma verdade verificável, que pode ser apreendida pelo jornalista e comunicada ao público.

Buscou-se aproximar o conceito de objetividade como método aplicado ao jornalismo guiado por dados, que trabalha com coleta, análise e apresentação de informações provenientes de bancos de dados públicos, repositórios criados pelos próprios veículos de comunicação ou pelo cruzamento de dados. Na raiz do jornalismo guiado por dados está o jornalismo de precisão, que na segunda metade dos anos de 1960 já se ocupava com a aproximação da ciência por meio do uso de método na reportagem.

Desse modo, o jornalismo pode caminhar na direção da ciência, deixando de ser reproduzidor do senso comum para um patamar que analisa e contextualiza os temas ao leitor. A própria concepção do uso de dados modifica a noção que os jornalistas têm da objetividade. A partir da consulta a repositórios ao invés de fontes meramente declarató-

rias, o jornalista volta a se aproximar da objetividade e da transparência, já que o leitor tem a possibilidade de verificar o que foi publicado.

Disseminar a objetividade como método incluído nas técnicas do jornalismo guiado por dados ainda são um desafio para o futuro, mas tornam-se práticas necessárias por conta das metamorfoses do jornalismo contemporâneo. O que não foi diluído neste novo ecossistema é a necessidade de um jornalismo plural, competente e que se preocupa com a verdade para orientar as pessoas e a vida em sociedade.

Referências

- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de jornalismo ESPM**. São Paulo, Ano 2, N.5, Abr. Maio. Jun. 2013. p. 30-89.
- BASTOS, Helder. A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. V. 9, N. 2. Florianópolis: UFSC, 2012.
- CODDINGTON, Mark. Clarifying journalism's quantitative turn: a typology for evaluating data journalism, computational journalism, and computer-assisted reporting. **Digital Journalism**, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2014.976400>>. Acesso em: 5 jul. 2016.
- CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- CRANBERG, Lawrence. Plea for recognition of scientific character of journalism: responsible journalists are practicing scientists. **Journalism Educator**. V. 43. Columbia (EUA): Journalism & Mass Communication Educator, 1989.
- CRUCIANELLI, Sandra. **Ferramentas digitais para jornalistas 2.0**. Maputo (Moçambique): Elográfico, 2013.
- DADER, José Luis. **Periodismo de precisión**: la vía socioinformática de descubrir noticias. Madrid: Editorial Síntesis, 2002.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Jornalismo, ciência e senso comum: contribuições do método científico para a reportagem jornalística. In: XV ENCONTRO DA COMPOS, Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo. **Anais...** Bauru: Compós, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_483.pdf>. Acesso em 25 jul. 2016.
- GUERRA, Josenildo. **O percurso interpretativo na produção da notícia**: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- LIPPMANN, Walter. **Liberty and the news**. Nova York (EUA): Harcourt, Brace and Howe, 1920.
- LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**. V. 2, N. 2. Brasília: SBPJor, 2015.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã: UBI, 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **The new precision journalism.** Bloomington: Indiana University Press, 1991.

_____. **The next journalism's objective reporting.** Nieman Reports, n. 58, 2004. Disponível em: <http://www.nieman.harvard.edu/reports/article/100726/The-Next-Journalisms-Objective-Reporting.aspx>. Acesso: 2 ago. 2016.

PARK, Robert. **News as a form of knowledge:** a chapter in the sociology of knowledge. American Journal of Sociology, V. 45, N. 5. Chicago: The University of Chicago Press, 1940. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2770043>>. Acesso em 17 jun. 2016.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo:** das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade:** além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas:** estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação Social), PUCRS, Porto Alegre, 2014.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo:** questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.